

4 A RELAÇÃO DE GRUPOS SOCIAIS COM O PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA

4.1 O Parque como território da conservação e distanciamento da terra para os assentados

O PNSB abrange os municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho. Dentre estes, o último é o que abrange a maior área da UC, como representa a tabela e gráfico abaixo.

Tabela 1 – Situação dos municípios da Unidade de Conservação.

Município	Área em HA da UC	% da UC em cada Município	Área do Município (ha)	Pop. Do Município (2009)	% do município na UC
Bonito	25729	34	493.400	17.856	5,2
Porto Murtinho	24855	32	1.773.500	15.527	1,4
Bodoquena	20673	27	250.700	8.397	8,2
Jardim	5224	7	220.200	24.174	2,4

Fonte: IBGE, 2000.

Org.: RIBEIRO, A.F.N., 2010.

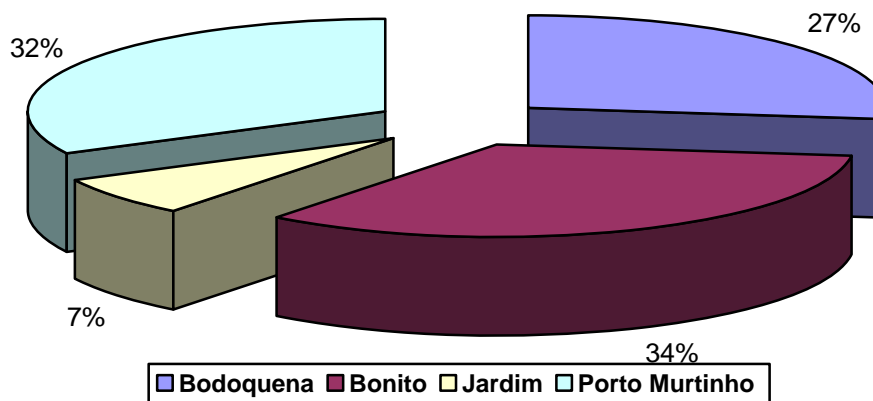


Figura 16 - Área da Unidade de Conservação em cada Município em porcentagem.

Levando em consideração a Resolução do Conama⁶¹, em um raio de 10 Km da UC o uso do solo deve obedecer à legislação específica e neste caso os municípios que fazem parte da zona de amortecimento do Parque são Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Jardim e Porto Murtinho. O município com maior área dentro da faixa de transição do Parque é Bonito com mais de 130.000 ha, como segue a tabela e o gráfico abaixo.

Tabela 2 – Situação dos municípios da Zona de Amortecimento.

Município	Área em HA da ZA	% da ZA em cada Município	Área do Município (ha)	% do município na ZA
Bodoquena	88330	24,8	250.700	35,2
Porto Murtinho	94739	26,6	1.773.500	5,3
Bela Vista	5381	1,5	489.600	1,1
Jardim	36748	10,3	220.200	16,7
Caracol	239	0,1	293.900	0,1
Bonito	130567	36,7	493.400	26,5

Fonte: IBGE, 2000.

Org.: RIBEIRO, A.F.N., 2010.

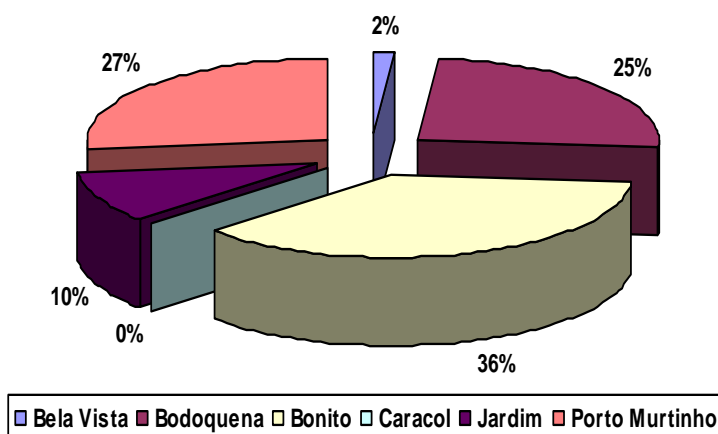


Figura 17 - Área da zona de amortecimento em cada Município em porcentagem.

A área na qual o Parque foi instalado é muito rica em atrativos turísticos, mas a única cidade onde esta atividade tem expressividade é Bonito, pois possui uma infraestrutura consolidada para desenvolvimento desta atividade.

A região onde atualmente estão os municípios de Jardim, Bodoquena, Bonito e Porto Murtinho foi alvo de impasse territorial, primeiramente entre Portugal e Espanha, posteriormente entre Brasil e Paraguai. Isso só se resolveu ao fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), que marca também o

⁶¹ Brasil, (1990).

início da ocupação não-indígena no sudoeste do atual Mato Grosso do Sul. Até então, a região era habitada por indígenas, com baixa densidade populacional, com destaque para os Mbaiaí e Paiaguá, da família linguística guaicurus. Guerreiros, eles foram de certa forma um contraponto à colonização enquanto esta não era prioridade até meados do século XVIII⁶².

Atualmente, somente duas etnias autóctones apresentam população que permite sua existência em comunidade nos arredores da unidade: Cadiuéu e Terena, somando menos de 2.000 pessoas. Os primeiros se distribuem principalmente nas aldeias Barro Preto, Tomázia, Bodoquena (antiga Alves de Barros) e Campina, todas fora da zona de amortecimento, na Terra Indígena Cadiuéu (538.536 ha). Porém, na aldeia São João, a etnia mais numerosa é a Terena, herança de um passado em que esses povos eram cativos (vassalos) dos Cadiuéus. Ainda nessa aldeia, encontram-se alguns indivíduos de uma etnia quase extinta, os Quinquinaua⁶³.

Nas referências consultadas, o único povoamento Cadiuéu na Serra da Bodoquena, em sua porção oeste setentrional, se dá na aldeia de Xatelodo, já no município de Miranda, fora da delimitação da Reserva Indígena e dos limites da faixa de entorno do Parque. Nas épocas de conflito, os índios usavam a Serra como esconderijo, mas até o momento não foram levantadas referências que indiquem algum tipo de vínculo forte dos indígenas com a Serra da Bodoquena. O dado mais expressivo a esse respeito é o fato de o divisor de águas da Serra (que está fora do Parque) servir como limite à parte das terras dos índios⁶⁴.

A história de formação dos municípios integrantes do Parque é recente com exceção de Porto Murtinho que tem sua emancipação no século XIX, já os outros são da segunda metade do século XX⁶⁵. Iremos abordar o histórico simplificado do município de Bodoquena pelo fato de o Assentamento Canaã fazer parte deste município.

⁶² ICMBio.

⁶³ ICMBio, Op. cit.

⁶⁴ ICMBio, Op. cit.

⁶⁵ Para saber mais sobre o histórico dos municípios do Parque, ver ICMBio.

O Município de Bodoquena apresenta o histórico de maior proximidade ao Parque Nacional. Sua origem relaciona-se à criação de uma Colônia Agrícola no município de Miranda, no ano de 1948⁶⁶. O núcleo dessa colônia foi estabelecido onde hoje é o Distrito de Morraria do Sul, quase ao lado da Terra Indígena Cadiuéu, mas naquela época a localidade ficou conhecida como Bodoquena (em alusão à serra). Até os anos 70, foi formada uma faixa de plantações de café entre a Terra Indígena e o atual fragmento norte do parque. Além de mão-de-obra para a lavoura, a colônia atraiu indivíduos que passaram a ocupar terras dos índios (àquela época, ainda não demarcadas), resultando em tensão fundiária.

Na década de 1970, um confronto armado entre índios e colonos levou à evacuação do núcleo da colônia agrícola Bodoquena, cujos habitantes dirigiram-se para as proximidades do povoado mais próximo, chamado Vila Campão. A cafeicultura não prosperou devido às geadas, mas uma das principais fazendas produtoras, a Califórnia, apresentava parte de sua área no interior do parque. A área para onde os colonos se dirigiram, próxima à Vila Campão, veio a se constituir na sede do município de Bodoquena, emancipado de Miranda em 1980,⁶⁷ mas só no ano seguinte foi instalado institucionalmente o município. (ICMBio).

Ainda na década de 1980 começaram as ocupações da área onde se consolidaria o Assentamento Canaã. De acordo com informações de moradores da área, existia interesse do proprietário da área em se “livrar” da fazenda de baixo valor de mercado, e alguns proprietários vizinhos tinham interesse na instalação da colônia, pois a mão-de-obra na região era escassa, outra hipótese das levantadas seria a exploração madeireira⁶⁸. Dessa forma, surge o Assentamento Canaã, em meio à polêmica que nortearia sua história até os dias atuais.

Observamos a instalação do Canaã no local inadequado, pois a delimitação não respeitou regras básicas de produção, muito menos a legislação ambiental,

⁶⁶ Decreto governamental nº 547 de 30 de setembro de 1948.

⁶⁷ Mato Grosso do Sul, (1980).

⁶⁸ Estes dados foram coletados de conversas informais com os atores envolvidos no processo de criação do Parque e Assentamento, entendemos ser necessário citar os mesmos no trabalho, pois entendemos que estas informações fazem algum sentido quando analisamos a forma como muitas áreas são eleitas para projetos de reforma agrária em locais inadequados como no caso do Canaã.

como a ocupação de encostas que em alguns pontos passa de 45° de declividade⁶⁹, vales e margens de rios. Notamos o total desrespeito às legislações anteriores à criação do assentamento, bem como a condições de sobrevivência das pessoas inseridas nesse projeto de assentamento, a legislação, como o Código Florestal citado anteriormente. Deste texto, vários pontos são ignorados na demarcação do Canaã como ainda a infraestrutura necessária ao funcionamento de uma comunidade rural.

Seguindo esta mesma linha de descaso social e ambiental, em 1986 foi criado no município de Bonito o assentamento Guaicurus, com 2.772 hectares de área. O assentamento está a Sudoeste da porção Norte do parque, entre este a Terra Indígena Cadiuéu. Sobre o Guaicurus, Corrêa (2010) discute:

[...] a maioria dos moradores do Guaicurus continua roendo o osso duro da terra. O solo ali é tão rochoso que as plantas só despontam nas frinchas da pedra. Condenado à ociosidade pela falta de produção agrícola, o galpão do centro comunitário foi aproveitado como casa de festa. Depois que os assentados venderam para madeireiras as aroeiras, os vinháticos e os ipês da mata nativa, sobraram as paineiras, espetadas na paisagem meio lunar no assentamento, com o tronco esguio e as copas altas das árvores que cresceram no meio da floresta. Há lotes que o solo desertou de uma vez por todas, deixando para trás um lajeado estéril onde as casas de palha e telhado de plástico preto têm aparência provisória, muito parecida com a das cabanas que os sem-terra costumam armar nos acampamentos. A Neotrópica tentou implantar no Guaicurus o mesmo projeto de ecodesenvolvimento⁷⁰ que vingou no Santa Lúcia, um assentamento de 40 famílias numa antiga fazenda nos arredores de Bonito, encostada na cidade em terreno fértil. Mas ele não decolou no chão no Guaicurus, no Canaã e Sumatra, onde o cerrado lembra a paisagem áspera do agreste nordestino.

Além das deficiências de produção, observamos a falta de infraestrutura relacionada ao abastecimento de água e energia em muitos casos no Canaã, a falta

⁶⁹ Brasil, (1965).

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

[...]

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

[...]

Art. 3º Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

a) a atenuar a erosão das terras;

[...]

e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;

⁷⁰ Fundação Neotrópica Brasil, 2002.

de estradas como já foi citado anteriormente também se apresenta como um grave problema aos assentados.

Abaixo apresentamos uma tabela com informações referentes ao abastecimento de água, à existência de banheiro e destino do lixo nos três assentamentos do entorno do Parque, pois dependendo da forma como estes dados se apresentam, podem ocorrer graves problemas de saúde.

Tabela 3 – Condições de saneamento e abastecimento de água nos assentamentos da zona de amortecimento do Parque.

Assentamento		Canaã		Campinas		Santa Lucia		Guaicurus	
Nº de domicílios		35		29		12		18	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Origem da água consumida	Rede geral	1	2,9	2	6,9	6	50,0	7	38,9
	Poço ou nascente	24	68,6	20	69,0	4	33,3	11	61,1
	Rio/Córrego	10	28,6	4	13,8	1	8,3	-	-
	Outro	-	-	3	10,3	1	8,3	-	-
Existência de banheiro ou sanitário	Fossa séptica	20	57,1	20	69,0	7	58,3	13	72,2
	Fossa negra	9	25,7	8	27,6	3	25,0	1	5,6
	Córrego/vala	2	5,8	-	-	-	-	3	16,7
	Outro escoadouro	-	-	1	3,4	-	-	-	-
	não existe privada	4	11,4	-	-	2	16,7	1	5,6
Destino do lixo	Enterrado ou jogado	2	5,7	3	10,3	-	-	4	22,2
	Queimado	31	88,6	25	86,2	12	100,0	14	77,8
	Outros	2	5,7	1	3,4	-	-	-	-

Fonte: ICMBio.

Org: RIBEIRO, A.F.N., 2010.

A implantação do PNSB nos municípios integrantes surgia na época, principalmente para Bodoquena, como uma tentativa de superação da estagnação econômica que o município vive desde a decadência financeira sofrida com o final das grandes lavouras de café⁷¹.

De maneira geral, nos municípios inseridos no PNSB a principal atividade econômica é a criação de gado de corte⁷², plantação de soja e milho e de lavouras

⁷¹ Para aprofundamento neste tema, ver: Batarce, (2004).

⁷² Atualmente, as grandes lavouras mecanizadas (de soja e milho, principalmente) se concentram em regiões a leste e ao sul do Parque, assim como entre os seus dois fragmentos. Esta atividade teve seu apogeu na década de 1980 associada a fomentos e incentivos governamentais, mas no decorrer da década de 1990 com o fim dos incentivos a atividade deu lugar a pastagem para criação de gado.(ICMBIO)

de subsistência, mineração de calcário, mármore, areia e cascalho, indústria de cimento⁷³ no município de Bodoquena, turismo e pesca.

Nos assentamentos Campinas e Santa Lucia, com solos mais férteis, é comum o cultivo de pequenas plantações de frutas, mandioca, cana-de-açúcar, banana, etc. Uma das preocupações dos órgãos ambientais é que estas plantações geralmente se concentram próximas aos cursos d'água causando diversos tipos de danos à vegetação e ao próprio rio⁷⁴. Existem inclusive casos de assentados do Canaã que usam terras de parentes ou arrendadas no Campinas ou em outras áreas no município como forma de colher algum produto para o consumo da família ou animais.

4.2 A produção da natureza pelos assentados com a implantação do Parque: teoria e prática, aproximação e distanciamento

A preocupação com as questões ambientais surge depois da Segunda Guerra Mundial, aliada a vários movimentos sociais de contestação aos problemas de vários segmentos. Sobretudo as preocupações nascem no momento em que foi possível medir os índices de poluição no ar, na água e vários outros tipos de poluentes nocivos à saúde humana e do planeta.

Este episódio fez com que se multiplicassem os movimentos ambientalistas e as organizações em torno da defesa do meio ambiente e controle do avanço sobre as áreas ditas “naturais”. Neste mesmo segmento, surge o chamado “desenvolvimento sustentável” que teoricamente busca um tipo de exploração controlada dos recursos naturais, sem comprometer as gerações futuras.

Sobre o surgimento do tema “desenvolvimento sustentável,” Rodrigues, (1997) explica:

⁷³ É a maior indústria da região, Camargo Corrêa Industrial S/A – Cimento Cauê inaugurada em 1993.

⁷⁴ ICMBio.

O termo (conceito?) Desenvolvimento Sustentável ganha amplitude após 1987 com a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum que, em síntese, considera que é necessário continuar o desenvolvimento mas levando em conta a possibilidade de recomposição dos ecossistemas naturais. Acreditam, ou pelo menos parecem acreditar, que este processo poderá ser resolvido no modo industrial de produzir mais e mais mercadorias, ou seja, no mercado.

[...] Há ainda que se ponderar sobre a contradição dos dois termos: Desenvolvimento e Sustentabilidade. Desenvolver é uma meta a se atingir que compreende – no mundo moderno e pós moderno – na produção de mais e mais mercadorias. A produção contínua necessita tanto dos recursos naturais – que são extraídos de algum lugar – como de lugares que possam servir como depósitos para colocar os resíduos, destruindo ou pelo menos transformando a natureza de forma dupla, ou seja, pelo uso que os desgasta ou destrói e por utilizar lugares como depósito dos resíduos: água, ar e solo. [...]

Sustentabilidade significa manutenção das condições e que como já apontado não tem sido viável na produção de novas e contínuas mercadorias. Há parasitas que, contraditoriamente, destroem sua própria base alimentar e é isto o que tem ocorrido com as formas pelas quais a sociedade capitalista, cuja proposta é a de produzir mais e sempre novas mercadorias, tidas como sinônimo de progresso e de desenvolvimento, tem ocasionado. Ou seja tem destruído sua base de recursos naturais. Há parasitas, contudo, que mantêm pelo menos a possibilidade de continuar a se alimentar, permitindo a vida de sua base. Parece-me que este segundo tipo se aproxima do que tem sido abordado como desenvolvimento sustentável. (p. 89-90).

Nessa discussão, podemos citar dois autores que fazem duras críticas ao modo de produção e às formas como a sociedade enfrenta esta contradição. A preocupação paira na ganância pelo chamado “desenvolvimento”, sobretudo, no modelo adotado/construído após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, Castoriadis (1987) nos alerta para o “preço” desse modelo de crescimento/progresso adotado.

Com insistência crescente, começou-se a levantar a questão do ‘preço’ que os seres humanos e as coletividades tinham de ‘pagar’ pelo crescimento. Quase simultaneamente, ‘descobria-se’ que esse preço envolvia um elemento importantíssimo, que até então tinha passado em silêncio, e cujas conseqüências muitas vezes não diziam respeito diretamente às gerações presentes. Tratava-se do acúmulo maciço e talvez irreversível de danos infligidos à biosfera terrestre, resultante da interação destrutiva e cumulativa dos efeitos da industrialização; efeitos desencadeadores de reações ambientais que continuam, para além de um certo ponto, desconhecidas e imprevisíveis, e que poderiam eventualmente desembocar em uma avalanche catastrófica final, ultrapassando toda possibilidade de controle [...]. (p. 137)

Já para Gonçalves (2004), este fato é discutido como “desafio ambiental”, ou seja, para o autor este fato é o centro das contradições da ideia de progresso e atualmente desenvolvimento:

O desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-colonial. Afinal, a idéia de progresso – e sua versão mais atual, desenvolvimento – é, rigorosamente, sinônimo de *dominação da natureza!* Portanto, aquilo que o ambientalismo apresentará como desafio é, exatamente, o que o projeto civilizatório, nas suas mais diferentes visões hegemônicas, acredita ser a solução: a idéia de *dominação da natureza*. O ambientalismo coloca-nos diante da questão de que *há limites para dominação da natureza*. Assim, além de um desafio técnico, estamos diante de um desafio político e, mesmo, civilizatório. (p. 24) (Grifos do autor)

As contradições expostas pelo autor são observadas cotidianamente nas ruas, nos meios de comunicação e, principalmente, arraigadas nas pessoas, no seu modo de vida. Estas acreditam que a superação dos problemas ambientais é a forma até hoje pautada nos sistemas de controle de emissão de gases, criação de unidades de conservação, economia de água ao banho e ao escovar os dentes, entre outras propagandas encabeçadas muitas vezes por pessoas famosas.

Acredita-se que as propostas de alternativas ao modelo de desenvolvimento podem ser prioritariamente agrupadas em dois eixos como nos aponta Moretti, (2007), preliminarmente identificados como principais, porém não são os únicos:

[...] um, de acordo com o dominante, tem o foco na correção de falhas no modelo de desenvolvimento, pressupõe a idéia de que o desenvolvimento técnico-científico apresentará soluções para os problemas sócio-ambientais, portanto, é uma questão de tempo a resolução dos problemas, têm como proposta concreta a internalização dos custos ambientais e na capacitação técnica dos trabalhadores para sua inserção na competitividade global, ou seja, não se constitui como uma alternativa, é a perpetuação do modelo de desenvolvimento utilizando outros indicadores; outro tem como base a idéia que os problemas sócio-ambientais estão inseridos na crise da modernidade capitalista e sua superação esta associada na construção de novas relações sociais, novos paradigmas, de novas práticas que superem a idéia da dicotomia sociedade/natureza, uma perspectiva para além do capital.

Para a ideia aqui apresentada, identificamos na segunda possibilidade a reflexão sobre o modo de produção baseado na pilhagem ambiental e exploração social.

No entendimento de Gonçalves (2004), a superação do chamado desafio ambiental será possível através do uso de técnicas atuais, de acordo com ele:

A superação do desafio ambiental contemporâneo, com certeza, exigirá técnicas e, para isso, muitas das técnicas atuais serão assimiladas nesse processo, até que novas e outras sejam instituídas. Entretanto, sejam quais forem as técnicas, abrigarão em seu seio relações sociais e de poder.

Muitas vezes, a tentativa de superação, ou mesmo de conservação de alguns recursos ainda “preservados” em nossa fauna e flora é motivo de transformação destes ambientes em Unidades de Conservação e suas várias modalidades como segue a tabela abaixo.

Tabela 4 - Unidades de Conservação no Brasil

Tipo de Unidade	Categoria	Qtd	Área*
Proteção Integral - PI	PI Esec - Estação Ecológica	31	6.869.411,18
	MN - Monumento Natural	2	44.179,73
	Parna - Parque Nacional	64	24.705.236,36
	Rebio - Reserva Biológica	29	3.868.939,47
	Revis - Refúgio de Vida Silvestre	5	169.103,88
PI Total		131	35.656.870,61
Uso Sustentável - US	US APA - Área de Proteção Ambiental	31	9.899.433,67
	Arie - Área de Relevante Interesse Ecológico	17	44.621,47
	Flona - Floresta Nacional	65	16.556.903,48
	RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	64.441,29
	Resex - Reserva Extrativista	59	12.270.116,44
US Total		173	38.835.516,35
Total geral de Unidades		304	74.492.386,96

* Área em hectare.

Fonte: ICMBio, 2009.

Org: RIBEIRO, A.F.N., 2010.

A implantação e gerenciamento das Unidades de Conservação geram conflitos que perduram por vários anos, e com desfecho que, na maioria das vezes, desagrada parcela dos atores envolvidos, no caso deste trabalho analisamos justamente a implantação de uma UC de Proteção Integral o PNSB e suas consequências sócio ambientais para o Assentamento Canaã. De acordo com Junior, Coutinho, Freitas, (2009).

Grande parte dos conflitos ocorre na escala local, pois é aí que se dão a materialização das relações socioespaciais eo exercício do poder, a partir dos fluxos de material e informação e das ações de coerção e de ordenamento territorial. (p. 57).

Corroborando com este tema Coelho, Cunha, Monteiro (2009) reforçam esta ideia:

Se não são tão comuns hoje quanto no passado recente, os conflitos gerados pela criação de unidades de conservação à revelia das populações que dependem dos recursos naturais dessas áreas e se a criação de algumas unidades tem sido proposta enquanto estratégias de regularização

fundiária e garantia de direitos das populações tradicionais, isso não quer dizer que a constituição de unidades de conservação deixou de ser marcada por contradições das mais diferentes ordens. (p. 68).

No caso analisado neste trabalho, a criação do PNSB incorporou parte do Assentamento Canaã em seu interior. Deixando de lado a questão da instalação deste assentamento em local inadequado, temos o caso de 34 lotes que ficaram impossibilitados de ser inseridos com os demais no processo produtivo, isto é, famílias que tiveram seu sustento comprometido pela sobreposição de uma UC de Proteção Integral. Como neste assentamento os colonos, que tinham sua situação cadastral regularizada,⁷⁵ já contavam com título definitivo da área, vários lotes já foram comercializados e as famílias da área de sobreposição foram buscando outras formas de sobrevivência fora do lote. Segundo levantamentos informais no assentamento, na área de sobreposição restam aproximadamente 4 famílias⁷⁶ vivendo em condições extremas, pois não existem estradas e rede de energia nesta área.

Apesar da situação incerta que os assentados vivem até o momento, a criação do Parque é aceita pelos colonos, pois, de acordo com estudos de campo, não percebemos nenhuma rejeição aparente ao Parque, na totalidade. Tanto os inseridos na UC como os lotes do entorno se queixam da falta de solução para os lotes inseridos no Parque. Como podemos perceber nas falas, a seguir, quando foram questionados sobre os pontos positivos e negativos na criação do Parque segundo a visão dos assentados:

O positivo é que por ser um local de terras acidentadas precisa de preservação, a gente consegue perceber isso nos córregos, quando a gente chegou tinha locais que era possível se banhar, aí o pessoal foi desmatando, agora quando chove a terra desce toda para o rio e aí vai assoreando, então precisa preservar, criar uma reserva, porque tem muita planta que desapareceu, animais. Não se vê um bichinho nesse assentamento, o máximo que tem aqui é esse lobinho que pega galinha, mas você não vê uma anta, macaco, porque não tem habitat para ele, então acho que o parque veio para preservar algumas coisas que estão se perdendo e era uma área que já estava sendo explorada pelo homem de forma ilegal, foi uma forma de legalizar e impedir a exploração maior.

Os pontos negativos é que tem uma área do assentamento onde foi implantado o Parque, mas as pessoas estão dentro dele, e nenhuma administração que mobilize essa comunidade para parar de explorar o parque, no caso o pessoal que mora nos 34 lotes, eles não tem

⁷⁵ Todos os financiamentos quitados e os impostos referentes ao lote pagos.

⁷⁶ Infelizmente não foi possível checar esses dados em campo, pois as condições de estradas não permitiu a chegada a estas pessoas.

conhecimento de como utilizar a terra sem explorar o meio ambiente, eles continuam tirando madeira, desmatando. Criou-se uma área de preservação pegando lotes do assentamento, mas não foi feito nada pra tirar essas pessoas de lá. (Claudia Solange – Fevereiro de 2010)

Acho que tudo que vier em favor do Parque é bom, eu digo não pensando em mim, penso na nova geração, o que nos queremos é que favoreça os dois lados.

Os negativos é que eles criam as coisas e não regulamentam. (José Geraldo – Fevereiro de 2010).

Diante dos fatos apresentados e das conversas informais com os assentados no decorrer da pesquisa, notamos uma profunda frustração tanto do projeto de reforma agrária do Estado como da criação da UC. O primeiro não acompanha os anseios de pessoas que buscam na terra seu sustento, e de outro lado os que até o ano de 2000 resistiram na luta por se manterem no seu lote têm a notícia que seu lote “virou” um Parque.

Alguns assentados questionam se realmente é necessário que eles se retirem da área. Logicamente, o modelo de conservação Proteção Integral prevê este procedimento, mas entende-se que esta forma de preservar tem provocado muitos conflitos por conta de uma política de conservação defasada, em que simplesmente tem-se a visão que só é possível preservar a natureza separando o homem dela.

De acordo com Furlan (2000) *apud* Marinho, (2006):

Quando analisamos certos aspectos do modo como as sociedades se apropriam e transformam o mundo, pode parecer que é possível para o homem estar fora da natureza [...]. Muitos chegam a propor que podemos nos afastar da natureza, como se ela não estivesse em nós mesmos. É como se a natureza pudesse existir num plano apenas ideal. Como se não fossemos natureza. (p. 21).

Seguindo mais além nessa discussão, a autora nos fala da relação do tema com base nos estudos da geografia e enfatiza que

Este parece um dos nós mais difíceis de desatar quando discutimos Geografia. Ao humanizarmos demais o conceito de natureza, estamos antropomorfizando a natureza. Ao adotarmos uma postura animista, estamos naturalizando a sociedade. Porque caminhar pelos extremos? (Furlan, (2000) *apud* Marinho, (2006)).

De fato quando levamos a discussão para o lado da ciência, principalmente, da geografia, percebemos uma postura crítica, mas infelizmente não é entendida como uma crítica que vai além do discurso. Entende-se que a ciência deveria servir à sociedade de forma mais direta, mais impactante.

Na vida acadêmica, temos o contato com diversos autores que pesquisam, publicam e lutam por questões sociais, sejam elas de que natureza convier: habitação, saúde, reforma agrária, preservação, etc. Falta alguma ligação entre estes pesquisadores e a sociedade, pois as pesquisas deveriam chegar a quem realmente precisa, isto é, o resultado de estudos deveriam resolver mais problemas sociais, como do Canaã, do Guaicurus e do PNSB como um todo, seus atores e coadjuvantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE SOBRE REFORMA AGRÁRIA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Historicamente a ocupação de Mato Grosso do Sul teve relação com a expansão da fronteira agrícola e abertura de novas áreas para agricultura, logicamente que o cenário se delineou para criação de gado, tanto que atualmente é o Estado com maior rebanho do Brasil em números de cabeças de gado, com aproximadamente 20.379.721 cabeças⁷⁷. Da mesma forma a produção de soja, milho e cana-de-açúcar tem colocado o Estado em destaque no cenário nacional e internacional. Levando em consideração todas estas atividades citadas anteriormente, principalmente, a pecuária como a desenvolvida em Mato Grosso do Sul, que requer grandes áreas para criação de animais, os problemas ambientais e sociais no campo tendem a se agravar.

A abertura de novas áreas para agricultura e pecuária tem devastado vários quilômetros quadrados de cerrado e comprometido vários rios e nascentes com a poluição por agrotóxicos e o assoreamento de rios com a formação de bebedouros para gado. Aliada aos problemas ambientais, temos a expropriação de várias famílias do campo por conta desse processo de abertura de novas áreas para agropecuária. Este problema tem causado o acúmulo de pessoas nas periferias das cidades e, sobretudo, aquelas que não conseguem sobrevivência na cidade voltam às margens de rodovias nos acampamentos de sem terra em busca de um novo pedaço de terra.

O histórico de formação do Assentamento Canaã e do PNSB se confunde com esse processo. De um lado, o Canaã é criado para resolver um problema agrário de diversas pessoas que não têm um pedaço de terra para plantar, e de outro lado ocupa-se uma área preservada de 4.360 hectares que aproximadamente três décadas mais tarde até mesmo os assentados entendem que a área do Canaã deveria ser terra de preservação.

⁷⁷ IBGE, **Censo Agropecuário**. 2006.

Os assentados por sua vez nunca foram orientados como produzir, ou mesmo como sobreviver no Canaã sem provocar alterações na dinâmica dos elementos naturais. Algumas medidas foram tomadas em outros assentamentos do entorno do Parque, como no Santa Lúcia, por intermédio da Organização não governamental - ONG Neotrópica do Brasil, como também pelos Projetos Pé de Serra e Frutificando, que visam a produção de frutas em pomares e a sua transformação em doces pelas assentadas. Este projeto teve sucesso no Santa Lúcia, pois é possível encontrar na cidade de Bonito os doces Pé da Serra⁷⁸. Infelizmente, este mesmo projeto não vingou no Guaicurus devido às características pedológicas e de relevo e a produção não é suficiente para ser levada à cidade para comercialização⁷⁹.

Diante do exposto no decorrer do trabalho, constatamos dois pontos marcantes: de um lado, o Assentamento Canaã do início da década de 1980, implantado em uma “reserva florestal”, pois na época a área era coberta por mata; de outro lado, o PNSB criado no início dos anos 2000 carregado de contradição e disputas⁸⁰.

No caso do Canaã, um projeto do Governo estadual que visava na época a distribuição de terras a famílias sem terra, como vários outros projetos, citados inclusive no decorrer do trabalho e de vários outros artigos publicados em diversos meios, os órgãos de colonização tanto estaduais como o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA não tem tomado os devidos cuidados na instalação de assentamentos.

A criação de assentamentos sem o licenciamento ambiental, ou simplesmente os estudos da viabilidade da produção e sobrevivência dos indivíduos instalados nestes projetos seria o mínimo para a mudança na forma como se faz a reforma agrária no Brasil. Obviamente, o Canaã não foi o primeiro assentamento sem planejamento e estudos, o que certamente indicaria a inviabilidade da instalação de colonos naquela área. O mais revoltante é saber que este projeto não será o último a apresentar este tipo de problema. O desenvolvimento de técnicas de

⁷⁸ Entrevista realizada com representante da Neotrópica, Eleri Rafael Muniz Paulino em Fevereiro de 2010.

⁷⁹ Para saber mais, ver: Correa, (2010).

⁸⁰ Para mais aprofundamento no processo de criação do PNSB ver: Batarce, (2004).

estudo e análise de várias formas de problemas ambientais em áreas cada vez mais remotas pode sem dúvida auxiliar nesse tipo de planejamento, ou talvez minimizar os problemas descritos anteriormente.

O PNSB, implantado em setembro de 2000, tem em seu histórico de consolidação um profundo clima de conflito entre ONGs, políticos, fazendeiros e assentados. A criação do Parque coloca novamente a discussão do modelo de conservação pautada em Parques,⁸¹ pois a delimitação da UC sobrepôs 34 lotes do assentamento Canaã em seus domínios, para agravar ainda mais a situação destes colonos.

Entendemos que a criação do PNSB é de fundamental importância para região, principalmente, por se tratar de uma das únicas reservas de cerrado ainda preservado, e a grande capacidade de nascentes que o local abriga, sem falar na fauna cavernícola que é muito rica. Mas esse impasse existente entre os assentados e o Parque que não pode ser mais prolongado, haja vista que a incerteza paira inclusive para os assentados na Zona de Amortecimento.

Em entrevista com a administração do Parque, percebemos uma vontade em resolver os problemas fundiários da UC especialmente do Canaã, mas a questão esbarra na justiça, pois, de acordo com Fernando Correa Vilela,⁸² os assentados devem entrar com pedido de indenização junto ao ICMBio e assim será analisado o processo de cada assentado e não havendo nenhum impedimento será feita avaliação do lote e indenização. Atualmente, existe somente um processo de assentado aberto, que, conforme o diretor do Parque, a intenção é que este sirva de modelo para os demais.

Este trabalho procurou utilizar de técnicas disponíveis para analisar o PNSB e seu entorno na intenção de buscar elementos que mostrem um possível diagnóstico para os atores envolvidos na criação do Parque e do assentamento. Logicamente, estes detalhes ficarão para um próximo trabalho, visto que os objetivos aqui propostos foram alcançados com a metodologia empregada, mas acreditamos que a área em questão tem campo para muitas outras pesquisas.

⁸¹ Unidades de Conservação de Proteção Integral. (SNUC, 2000).

⁸² Diretor do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Infelizmente, tem-se a ideia de que os problemas sociais e ambientais são questões distintas e devem ser pensadas separadamente. Trata-se da mesma concepção que a sociedade ocidental tem a respeito da relação homem natureza, ou seja, não pode fragmentar algo único, que vive em função do outro. O mundo é formado por ciclos, tudo é interdependente, se a menor parte sofrer alteração o todo será modificado. Diante dessa concepção, entendemos a relação homem natureza e os problemas socioambientais, pois a partir do momento que estes forem vistos e entendidos como algo único e interdependente provavelmente serão criados mecanismos para solução.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATARCE, A. P. A. **Unidades de Conservação e Produção do Espaço. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena.** Dourados-MS: UFMS, CPDO, 2004. (Dissertação de Mestrado).

BOGGIANI, P.C. **Serra da Bodoquena: Parque Nacional ou APA?.** Disponível em: <http://www.unb.br/ig/pvista/ParqueSerraBodoquena.htm> - Acesso em 24/09/2007.

BRASIL. **Lei** Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965. Institui o Código Florestal.

BRASIL. **Lei** nº 9.985 de 18 de julho de 2000. *Diário Oficial*. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. 2000.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria-Geral. **Projeto RADAMBRASIL.** Folha SF.21 Campo Grande; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1982.

BRASIL. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai,** Programa Nacional do Meio Ambiente. Brasília: PNMA, 1997.

BRASIL. **Resolução** CONAMA Nº 13/90, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1990.

CARDOSO, E.L. *et al.* **Solos do Assentamento Tamarineiro I - Corumbá, MS: caracterização, limitações e aptidão agrícola.** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2002.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto 2. Os domínios do homem.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COELHO, M.C.N. *et al.* Unidades de Conservação: Populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia. In: GUERRA, A.J.T; COELHO, M.C.N (Orgs.). **Unidade de conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CORREA, M.S. **De sem-terra a com-pedra.** Disponível em <http://www.oeco.com.br/marcos-sa-correa?start=175> – Acesso em 15/06/10.

ESTERCI, N.; VALLE, R.S.T.do (orgs.). **Reforma agrária e meio ambiente.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

FABRINI, J.E. A posse e concentração de terra no Sul do Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R.A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: Uma visão multidisciplinar.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

FERNANDES, B.M. **CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO CAMPESINATO BRASILEIRO FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST (1979 –1999).** Universidade

de São Paulo, São Paulo, 1999. (Tese de Doutorado).

FERNANDES, B.M. **Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado y agronegocio.** Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/campesinato_e_agronegocio.pdf - Acesso em 20/05/2010.

Fundação Neotrópica Brasil. **PLANO DE ECODESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA.** Campo Grande, setembro de 2002.

GONÇALVES, C.W.P. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004. Organizado por Emir Sader.

GUERRA, A.J.T.; COELHO, M.C.N. (Orgs.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

IBGE. **Censo 2000.** Disponível em: www.ibge.gov.br – Acesso em 20/05/2010.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: www.ibge.gov.br – Acesso em 20/05/2010.

IBGE. **Mapa das Unidades de Relevo.** 2006.

IBGE. **Mapa de Vegetação,** 2004.

ICMBIO. **Encartes do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.** (Em elaboração)

IDATERRA-MS. Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul. **Projeto de Assentamento Gleba Canaã: Reconhecimento do Assentamento junto ao INCRA.** Campo Grande: Processo 21/013.287/2001, 2001.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, CENTROS ESPECIALIZADOS E COORDENAÇÕES REGIONAIS, 2009.** Disponível em: www.icmbio.gov.br – Acesso em 20/06/2010.

JÚNIOR, E.C *et al.* Gestão da Biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A.J.T; COELHO, M.C.N (Orgs.). **Unidade de conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

JUNIOR, F.J.A. A luta pela Terra e na Terra no Mato Grosso do Sul. In: NETO, A.F.O; BATISTA, L.C. (Orgs.) **Espaço e Natureza: a produção do espaço sul-mato-grossense.** Campo Grande - MS: Ed. UFMS, 2009.

MARINHO, M.A. **Conflitos e Possíveis diálogos entre Unidades de Conservação e Populações Camponesas: Uma análise do Parque Estadual Intervalles e o Bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP).**

- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. (dissertação de Mestrado)
- MARTINS, J.S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, J.S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 2.ed. São Paulo,SP: Ed. Hucitec, 1982. (Ciências Sociais)
- Mato Grosso do Sul. **Decreto** governamental nº 547 de 30 de setembro de 1948.
- Mato Grosso do Sul. **Decreto** Nº 10.078, de 2 de outubro de 2000.
- Mato Grosso do Sul. **Lei** Estadual nº 87 de 13 de maio de 1980.
- MENEGAT, A.S. **No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral-MS**. Dourados, MS: UEMS/UFGD, 2009.
- MIZUSAKI, M.Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados,MS: Ed. da UFGD, 2009.
- MOREIRA, R. Prefácio. In: SANTOS, D. **A reinvenção do Espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- MORETTI, E. C. **Relatório de Pós-Doutoramento**, UNICAMP: 2007. (apostilado).
- MORETTI, S. A. L. **Atividade Turística e Transformações territoriais no município de Jardim – MS**. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFMS, 2002.
- OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 6ª ed.- São Paulo: Contexto, 1994. (Repensando a Geografia)
- OLIVEIRA, I. A. de. **Gestão de conflitos ambientais: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. (Tese de Doutorado).
- OLMOS, F. *et al.* **ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA, MEIO AMBIENTE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**. Disponível em http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/msc_olmos_mst.pdf - Acesso em 28/05/2010.
- PEREIRA, M.A. **IMPLICAÇÕES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA OS ASSENTAMENTOS: O CASO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA SERRA DA BODOQUENA E DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CANAÃ**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande – MS, 2005. (Dissertação de Mestrado)
- RIVERO, C. V. **LA LUCHA POR LA TIERRA ES LA LUCHA POR EL TERRITORIO**. Disponível em:

<http://www.acciontierra.org/spip/spip.php?article483> – Acesso em 28/05/2010.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: LUCHIARI, M. T. D. P.(org). **Turismo e Meio Ambiente**. Campinas: IFCH – Unicamp, Coleção Textos Didáticos, Vol. 2, nº 31(2), 1997.

SANTOS, H.G. *et al.* **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2.ed. – Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2^o Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SPRING: **Integrating remote sensing and GIS by object-oriented data modeling**. Camara G, Souza RCM, FreitasUM, Garrido J Computers & Graphics, 20: (3) 395-403, May-Jun 1996.

6.1 Sites pesquisados

<http://glcf.umiacs.umd.edu/index.shtml>

<http://glovis.usgs.gov>

<https://zulu.ssc.nasa.gov/mrsid>

www.belavistams.ms.gov.br

www.bodoquena.ms.gov.br

www.bonito.ms.gov.br

www.dgi.inpe.br/cdsr

www.fundacaoneotropica.org.br

www.gdem.aster.ersdac.or.jp/

www.hidroweb.ana.gov.br

www.iasb.org.br

www.ibama.gov.br

www.ibge.gov.br

www.icmbio.gov.br

www.imasul.ms.gov.br

www.img.com.br

www.inpe.br

www.jardim.ms.gov.br

www.mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm

www.mma.gov.br

www.ms.gov.br

www.oeco.com.br

www.presidencia.gov.br/legislacao

7 ANEXOS

Anexo A - Entrevista com assentados

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
MESTRADO EM GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE PESQUISAS TERRITORIAIS

Data da entrevista: _____ Hora: _____

Local da entrevista: _____

Identificação do entrevistado

Nome: _____

Lote: _____

1 – Reside no assentamento? Onde? Porque?

2 – Quantas pessoas na família?

Quantos residem no Lote?

Os que estão fora do lote: estão na cidade ou no campo? Onde? Desenvolvem que atividades?

3 – A quanto tempo tem lote no assentamento? Como adquiriu o lote?

4 – Produz no lote?

Se sim:

O que?

É suficiente para manter o sustento da família?

5 Alguém da família desenvolve outra atividade além de produzir no lote?

Se não:

Porque não produz?

Já produziu algo?

Tem planos de produzir?

6 – Atualmente qual seu ramo de atividade?

7 – Existe algum acompanhamento técnico no assentamento? E financiamento?

8 - Você sabe que o assentamento fica vizinho ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena?

9 – Você alterou seu ramo de produção após a implantação do Parque?

10 - Depois da implantação do Parque, recebeu alguma restrição de manejo com a terra?

Como foi comunicado dessa restrição?

- 11 – Com a implantação do Parque houve melhoria ou não nas condições de sobrevivência?
- 12 – Conhece a administração do Parque? E da Agraer?
- 13 – Quais ações você se lembra da administração do Parque? E da Agraer?
- 14 - Como você acha que o Parque poderia ajudar você e sua família?
- 15 - Quais os pontos positivos na implantação do Parque? E os negativos?
- 16 – Na sua opinião porque este assentamento foi implantado neste local?
- 17 - Qual o recurso natural mais importante existente aqui no assentamento para você? Por que?
- 18 - Utiliza plantas da mata para uso medicinal ou para alimentação?
- 19 - Sabe se ocorre a caça de animais? Quais os animais mais procurados? Qual a finalidade?
- 20 – Na paisagem do assentamento:
O que acha feio?
O que acha bonito?
O que acha normal?
- 21 – Vocês visitam alguma área do assentamento para o lazer? Qual? Porque?
E do Parque? Qual? Porque?
- 22 - Você considera que existem áreas no assentamento que alguém gostaria de visitar? Quais áreas?
- 23 – Você desenvolve alguma atividade relacionada ao turismo?
Pousada? Alimentação? Guia?
- 24 – Conhece alguém no assentamento que trabalha com turistas?
O que fazem?
- 25 – Conhece alguém no assentamento que produz doce? Artesanato?
- 26 – Como avalia a implantação do Parque para sua vida? Uma fala geral sobre o que pensa do Parque Nacional e o assentamento.

Anexo B - Entrevista com administração do Parque

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
MESTRADO EM GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE PESQUISAS TERRITORIAIS**

Data da entrevista: _____

Hora: _____

Local da entrevista: _____

Identificação do entrevistado

Nome: _____

1 – Qual tipo de relação existente entre a administração do Parque e produtores do assentamento Canaã?

2 – Existem ações junto aos assentados?

3 – Existe previsão para conclusão das desapropriações na área do Parque?

4 – Como os moradores do assentamento podem contribuir com o Parque?

5 – Existem projetos de recuperação das áreas degradadas no Parque?

6 – Qual é a média das propriedades dentro do Parque?

7 – Existe previsão de publicação do Plano de Manejo?

7 – Este modelo de preservação pautada em Parques Nacionais tem gerado resultados positivos, do ponto de vista da conservação da natureza entendendo o homem como parte dela.

Anexo C - Entrevista com representante da Agraer

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
MESTRADO EM GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE PESQUISAS TERRITORIAIS**

Data da entrevista: _____

Hora: _____

Local da entrevista: _____

Identificação do entrevistado

Nome: _____

1 – A Agraer presta assistência técnica para os produtores do assentamento Canaã?

2 – Qual a relação existente entre a Agraer e os assentados na área do Parque?

3 - Existem ações conjuntas entre a Agraer e a administração do Parque?

4 – Qual a visão em relação a sobreposição do Parque ao assentamento?

5 – A área de instalação do Assentamento Canaã é uma área adequada para um assentamento? Na sua opinião porque o assentamento foi implantado naquele local?

6 – Em relação a desapropriação das propriedades dentro do Parque qual a atuação da Agraer junto aos assentados do Canaã?

7 – Este modelo de preservação utilizados em Parques, onde o homem é excluído do processo pode ocasionar diversos conflitos. Na sua opinião este modelo de preservação gera algum resultado ou agrava os problemas sociais?

Anexo D - Entrevista com representantes das ONGs

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
MESTRADO EM GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE PESQUISAS TERRITORIAIS**

Data da entrevista: _____

Hora: _____

Local da entrevista: _____

Identificação do entrevistado

Nome: _____

1 – Como é a atuação da ONG no Parque Nacional da Serra da Bodoquena?

2 – O que a ONG pensa em relação a sobreposição da UC no Assentamento Canaã?

3 – Existe algum projeto da ONG para com os assentados do Canaã?
Se sim Relacionar os projetos, número de assentados envolvidos e avaliar sua atuação

4 – Na sua opinião o processo de indenização das propriedades é demorado?
Se sim porque é demorado?

5 – Qual meio utilizado para conscientização da população?